

---

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 414 p.

*Jefferson José Queler*

*Universidade Federal de Ouro Preto – Brasil*

Em meio às discussões atuais sobre a natureza da chamada sociedade do conhecimento, Peter Burke indaga-se sobre os modos de criação do saber, sobretudo no Ocidente, da segunda metade do século XVIII até os dias de hoje. Em seu novo livro, uma continuação de *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, ele propõe-se a analisar tal assunto desde a publicação da Enciclopédia, como projeto do Iluminismo, até a recente elaboração da Wikipédia. Trata-se de trabalho de historiador maduro, baseado em bibliografia extensa e de excelente qualidade, com escrita fluida e didática. Uma obra de síntese com grande potencial para se transformar em importante fonte de referência.

Sua principal matriz teórica reside nas proposições do sociólogo Karl Mannheim em torno de uma sociologia do conhecimento. Seguindo trilha aberta por ele, Burke concentra-se na análise de grupos e instituições incumbidas de gerar conhecimento – em oposição a uma história intelectual, afeita tão somente aos debates científicos e filosóficos. Não é que tenha desprezado a criação individual, devidamente destacada, mas sublinha o quanto ela depende de um lugar e de uma formação social específica. Curiosamente, o autor declara que, ao escrever o primeiro livro da série, pensava ser o único a discorrer sobre o assunto. Porém, mais tarde percebeu que muitos estudiosos se dedicavam a ele: sinal de que seu próprio trabalho foi impulsionado por questões formuladas socialmente.

Em termos de estrutura, o trabalho concentra-se, nos quatro primeiros capítulos, em temas como coleta, análise, disseminação e aplicação dos conhecimentos, buscando compreender a historicidade dessas atividades. Nas duas seções seguintes, combate a ideia de que o conhecimento avança rumo a um progresso contínuo, considerando-o sujeito a perdas, extravios ou obsolescência. E, na parte final, analisa a história de seu objeto do ponto de vista

geográfico, econômico, político e sociológico. A ênfase do trabalho recai sobre a criação de conhecimento nas academias e nos grupos formados em torno delas; porém, diletantes, governos e empresas privadas também têm sua atuação destacada. Aliás, nos dias atuais (na atual “sociedade do conhecimento”), segundo Burke, o centro de gravidade tem se deslocado em favor destes dois últimos agentes, bem como para fora do Ocidente (China, Japão, entre outros países).

Evidentemente, o autor concebe sua problemática a partir do seu presente. Menciona termos como “explosão do conhecimento” e a consequente “sobrecarga” ou “excesso de informação”, fenômenos relacionados principalmente à internet. Como consequência negativa dessa torrente de “dados”, Burke discute em mais de uma passagem do livro o episódio do 11 de Setembro. O governo norte-americano possuía informações a respeito da organização dos ataques terroristas às torres gêmeas do World Trade Center. Contudo, em meio a uma enxurrada de informações, foi incapaz de distinguir o ruído “inútil” da informação útil: um dos desafios das novas gerações. Burke lembra, por outro lado, o potencial democratizador das novas tecnologias da informação, exemplificando com as crescentes digitalizações de livros e artigos disponíveis na rede.

Apesar de o fenômeno ter se acentuado nos últimos anos, Burke sugere que queixas e observações relacionadas ao acúmulo extensivo de conhecimento remontam pelo menos aos primórdios da imprensa. Essa tendência contribuiu fortemente para a profissionalização e a especialização entre os estudiosos. A química e a física, por exemplo, foram divididas numa série de subdisciplinas. O trabalho de gabinete muitas vezes se opôs ao trabalho de campo, e vice-versa. No entanto, houve resistências a esse processo de fragmentação. Caso notável é o de Alexander Von Humboldt. Seus conhecimentos abrangiam campos como a arqueologia, a etnologia, a economia política, a geologia, a botânica, a astronomia, a meteorologia, a química e a geografia. E, em todas essas áreas, foi capaz de oferecer contribuições originais. Humboldt, ele próprio criticado pelos seus variados interesses em sua época, representaria tipo de intelectual colocado na berlinda nos dias atuais, em que as estruturas acadêmicas e os estudiosos em geral tendem a reforçar as especializações.

Eis uma das chaves de leitura da obra de Burke: ele aponta como tendências gerais coexistiram e interagiram com a orientação oposta. Um exemplo

bastante interessante refere-se ao caso da crescente secularização. Ao mesmo tempo em que esta última avançava em diversas esferas, enfrentou a contras-secularização em áreas específicas. É o caso da forte presença do criacionismo na sociedade norte-americana, o qual acabou impedido pelo Poder Judiciário daquele país de ser ensinado nas aulas de ciência. Como na história em geral, lembra Burke, a secularização encontra uma imagem mais fiel num movimento de zigue-zague do que numa linha reta.

A conhecida relação entre conhecimento e poder é retomada. Definindo como marco as grandes navegações, ele indica que países como Portugal e Espanha enviavam representantes seus para catalogar e analisar as terras, a fauna, a flora e os costumes existentes nas regiões por eles conquistadas, como forma de dominá-las com mais facilidade. Mais tarde, durante a expansão colonial do século XIX e do início do século XX, diversos países europeus, sobretudo França e Inglaterra, trilharam caminho semelhante. É o momento em que a antropologia é instituída como disciplina acadêmica, num cenário marcado pelo imperialismo, em que importantes antropólogos como Bronislaw Malinowski requeriam auxílios oficiais argumentando que seus trabalhos “poderiam ser úteis para finalidades administrativas e legislativas práticas”. Não por acaso, o conhecimento tem se acumulado principalmente em grandes centros. As universidades de países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Rússia têm despontado nesse empreendimento.

Contudo, Burke destaca que personagens de países periféricos fizeram ou estão fazendo pesquisas inovadoras. É o caso do astrônomo e naturalista sul-americano Francisco José de Caldas, que estudou alguns dos mesmos fenômenos abordados por Humboldt, a quem conhecia, mas acabou em segundo plano na história da ciência – algo muito semelhante aconteceu com diversas mulheres que integraram equipes de pesquisa. Tal tendência foi um pouco revertida ao longo do século XX. Um exemplo vem de C. V. Raman, indiano residente em Calcutá, que recebeu o Prêmio Nobel de Física, em 1930. Ademais, países antes avessos ao conhecimento ocidental, como China e Japão, passaram a integrá-lo e desenvolvê-lo no interior de suas fronteiras – num processo de tradução e reinterpretação –, concebendo-o como estratégico para sua própria independência. Tais países, hoje, figuram entre os principais produtores de ciência e tecnologia.

Em seu percurso ao longo do livro, Burke demonstra erudição e visão global. Discorre sobre as mais diversas áreas do conhecimento por meio

de competente discussão bibliográfica. Trata-se de obra de síntese. Em sua defesa do polímata, parece falar de si próprio:

Numa era de especialização, os generalistas são mais necessários do que nunca – não apenas para a síntese, para desenhar o quadro geral, mas também para a análise, visto que é preciso um polímata para “se preocupar com a distância” e chamar a atenção para os conhecimentos que, de outra maneira, podem desaparecer nas lacunas entre as disciplinas, tal como estão atualmente definidas e organizadas. (p. 232).

O alcance interpretativo ou analítico da obra, em relação a seus pilares teórico-metodológicos, é modesto; mas é, sem dúvida, um grande passo para voos mais altos. O livro pode interessar ao público em geral.